

Disputas simbólicas no processo de construção de um patrimônio histórico: a Casa Lambert de Santa Teresa – ES

Arnaldo Pinto Junior¹
Márcia Regina Rodrigues Ferreira²

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões sobre o processo de tombamento da Casa Lambert, localizada em Santa Teresa-ES, ocorrido na década de 1980, bem como fases significativas de sua história que incluem a restauração (2010) e a transformação do espaço em museu (2011). A “Casa”, construída em 1875 pelos irmãos trentinos Virgílio e Antônio Lambert, representa uma possibilidade de “leitura a contrapelo” (Benjamin) da história da cidade, ao se problematizar as concepções dominantes de patrimônio histórico que fazem recortes ideais, desvinculam os sujeitos e escondem tensões e conflitos. Buscando analisar as disputas simbólicas e o confronto de ideias que envolvem a elevação de um lar a patrimônio da cidade, consideramos a cultura em suas dimensões plurais, reinventada constantemente pelos sujeitos por meio de suas experiências (Thompson) e projetos socioculturais. Nessa perspectiva, a Casa Lambert aproxima-se da “mônada” benjaminiana, ou seja, um recorte no todo para desvelar visões de mundo, imagens e valores imbricados na tradição local que incidem sobre o patrimônio histórico, considerando que a modernidade capitalista traz sérias implicações para a relação entre história e memória. Assim, é importante dialogar com diferentes temporalidades, tensionando o processo de educação das sensibilidades historicamente construído que atua sobre as experiências vividas e a memória coletiva no presente.

Palavras-chave: Patrimônio, Tombamento, História.

Introdução

As cidades contemporâneas são multifacetadas, plurais, ambivalentes (GALZERANI, 1998), cenários socioculturais marcados pelos embates, tensões, (des)mobilizações e (des)articulações. As ações das forças sociais que vivem nas urbes podem promover alterações que desequilibram ordens supostamente dominantes (DE CERTEAU, 1995, p.250). Essas alterações têm a potencialidade de produzir ressignificações nas formas de sociabilidade, práticas culturais e sensibilidades.

O avanço das concepções relativas à modernidade capitalista (BENJAMIN, 2009) concorrem significativamente, desde o século XIX, para a constituição de ideais de vivências urbanas, os quais apontam para os indelévels signos de civilidade, racionalidade, prosperidade, produtividade, segurança, saúde, dentre outros. Segundo as referidas concepções, as relações sociais nas cidades garantiriam as condições essenciais de vida ao homem moderno, sujeito afeito às temporalidades urbanas, seduzido pelas novas tecnologias e comodidades oferecidas apenas nos locais onde o atraso deixou de existir.

¹ Doutor em Educação. Professor Adjunto do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: apjbrasil@hotmail.com.

² Licenciada em História. Professora da Rede Estadual de Educação do Espírito Santo e da Rede Municipal de Educação de Santa Teresa. E-mail: marciarodrigues@live.com.

Entretanto, o adensamento populacional nas cidades, os novos ritmos de vida, a perda de referências sociais, o desenraizamento dos sujeitos e exacerbação do individualismo geraram sensibilidades conflitantes (SENNETT, 1998, p.261-265). Diante do delineamento das mais diversas problemáticas que envolvem o sujeito na modernidade, este trabalho apresenta reflexões sobre o processo de tombamento de uma residência familiar (a Casa Lambert), considerando as disputas simbólicas e as experiências vividas na construção do patrimônio histórico da cidade de Santa Teresa.

Ao abordarmos o conceito de experiência, pensamos em suas dimensões históricas e culturais, dialogando com os estudos do historiador Edward Palmer Thompson (1981). Segundo o autor, esse conceito amplia a leitura da complexidade das relações humanas do passado, problematizando as análises com que as tomam por meio de modelos deterministas, fictícios, estruturantes, que apartam classes, fragmentam sujeitos, hierarquizam papéis socioculturais de forma indiscriminada. A partir das contribuições de Thompson, analisamos as relações desenvolvidas por homens e mulheres inteiros, não fragmentados, que participaram efetivamente das transformações socioculturais de seu tempo e espaço, com seus projetos, desejos, limitações, deixando suas marcas ou reelaborando as memórias coletivas.

Esta análise histórica do processo de tombamento, registrado em documentos oficiais, em diversas produções culturais ou nas memórias dos habitantes da cidade, valoriza a participação dos sujeitos históricos, produtores de visões e sensibilidades relacionadas ao seu espaço de vivência.

A Casa Lambert: patrimônio histórico de Santa Teresa (ES)

A Casa Lambert, construída por volta de 1875 pelos irmãos trentinos Vírgilio e Antônio Lambert, é considerada, simbolicamente, a construção mais antiga de Santa Teresa, cidade localizada na região serrana do Espírito Santo, a 78 quilômetros da capital Vitória. Tombada em 1985 e transformada em Casa-Museu a partir de 2011, a Casa Lambert tem sua história vinculada ao processo de imigração italiana para o Espírito Santo na segunda metade do século XIX, especificamente com o grupo de trentino-tirolezes que em 1875 partiu do porto de Havre no norte da França, a bordo do navio Rivadávia, e se estabeleceu no Núcleo Timbuhy, hoje Santa Teresa.

Em relação à viagem dos imigrantes do Rivadávia o advogado Luiz Carlos Biasutti ressalta

[...] levantou ferros, no porto de Havre, o vapor francês Rivadavia, trazendo em seu bojo essa mescla extraordinária de tipos, gênios e caracteres, todos, entretanto, identificados pelo mesmo destino e pelo mesmo ideal. Depois de uma viagem sem grandes incidentes, sangrando as águas imensas do mar, chegou o navio à Baía de Guanabara no dia 9 de maio. Era o sonhado Brasil, a terra encantada, a mansão da Felicidade! (BIASUTTI, 1994, p.46).

Sobre o processo de imigração italiana para o Espírito Santo no século XIX, sobretudo a imigração trentina, o sociólogo Renzo Grosselli (2008) destaca que foi a partir de 1874 que o fluxo de imigrantes trentinos para a América tornou-se maciço.

Vivendo num cenário adverso, os imigrantes do Rivadávia chegam à Colônia de Santa Leopoldina (ES), onde as condições encontradas, segundo Grosselli, caracterizam que as propagandas amplamente divulgadas na Europa³ não correspondiam à realidade de grande parte das colônias brasileiras. De acordo com o referido autor,

Os europeus chegavam ao Brasil totalmente desinformados sobre o que encontrariam. Em seus sonhos havia uma casinha, mesmo modesta, e campos prontos para serem cultivados. Até o que traziam era inadequado a esta nova vida, desde as roupas até as ferramentas de trabalho (GROSSELLI, 2008, p. 355).

Em sua abordagem, Grosselli analisa também os diversos fatores que causaram revoltas entre os colonos que chegavam ao Espírito Santo, entre eles: a longa travessia em embarcações inadequadas, superlotadas e com escassez de alimentos; a recepção em portos desprovidos de estruturas específicas, as péssimas condições de acomodação nos barracões onde permaneciam por um longo período até pudessem construir suas próprias casas; as carências alimentares; a difícil adaptação às novas condições climáticas; as epidemias. Grosselli descreve de forma concisa a situação enfrentada pelo colono:

Antes de tudo, encontrava-se finalmente no lugar que tanto sonhara, em que deveria permanecer para o resto de sua vida. E aquele lugar não correspondia de maneira alguma às suas expectativas: não havia nem uma casa e nem um campo à sua espera, apenas a floresta (2008, p. 299).

Considerando que a imigração italiana é um marco na história de Santa Teresa existe uma razoável produção bibliográfica⁴ sobre o tema. Portanto, não faremos aqui uma análise mais ampla sobre o contexto de colonização da região. Compreendendo a complexidade dos

³ Grosselli (2008) destaca que lutos, desesperos e revoltas eram comuns a todas as colônias brasileiras de norte a sul, qualquer que fosse a nacionalidade dos colonos.

⁴ Na literatura podemos destacar os romances *Canaã*, de Graça Aranha e *Karina*, de Virgínia G Tamanini. Luiz Carlos Biasutti, Luiz Serafim Derenze, Sandra Gasparini e Luiz Busatto merecem ser destacados como pesquisadores que se dedicaram a história de Santa Teresa.

processos imigratórios, interessa-nos destacar alguns aspectos que circunstanciam a construção da casa que se tornou símbolo da imigração italiana na região e no Espírito Santo. Os imigrantes que chegaram ao Espírito Santo no navio Rivadávia em 1875 foram encaminhados ao Núcleo Timbuhy, onde o agrimensor Franz Von Lipper fazia a medição e divisão dos lotes para a distribuição entre os colonos. Segundo nos conta Biasutti, para chegar ao núcleo colonial “todos os homens entregaram-se à abertura da estrada” e depois de “aberta a passagem, convidou-os Von Lipper a tirar, um a um, à sorte, as suas respectivas colônias” (1994, p. 47). Entre eles, estava Virgílio Lambert que veio com o irmão Antônio e a filha Hermínia.

Virgílio e Antônio são descritos por Grosselli (2008, p. 500) como uma “estranha dupla de imigrantes”. Antônio frequentou a Academia de Belas Artes de Veneza, era pintor e escultor. Virgílio, por sua vez, trabalhava na manutenção de navios em portos europeus, profissão exercida graças ao domínio da língua francesa. Em suas considerações, Grosselli questiona o que teriam vindo fazer aqui personagens desse tipo, ressaltando que “certamente não vieram ao Brasil em busca de terra, embora tenham aceitado um lote de terra e iniciado o seu cultivo” (2008, p. 500).

Derenzi (1974) destaca que Virgílio Lambert teve fundamental importância para que os fatos relacionados aos primeiros anos da história de Santa Teresa fossem registrados e se tornassem conhecidos: ele escreveu um diário de viagem em que relatou os principais episódios, nomeando os companheiros de empreitada⁵.

Virgílio Lambert assumiu uma posição de liderança na pequena comunidade do Núcleo Timbuhy, envolveu-se em momentos decisivos de sua formação como a escolha do nome da cidade⁶ e a construção de uma das primeiras capelas da região. De acordo com Grosselli, ele era o “líder carismático dos primeiros grupos de trentinos que chegaram à colônia” (2008, p. 420). Um dos maiores interesses de Virgílio Lambert foi, entretanto, a sericicultura, dando início às suas experiências pouco após a sua chegada ao Espírito Santo. Os Lambert iniciaram o cultivo da seda nas amoreiras do quintal da casa e produziram amostras em um tear manual. Segundo Grosselli (2008), para que a produção da seda se tornasse viável, Virgílio necessitava de capital e para obtê-lo dirigiu-se a Presidência da Província. Diante do

⁵ Os diários de Virgílio Lambert, utilizados no início do século XX como referência para estudos sobre os primeiros tempos da história da cidade, desapareceram.

⁶ Virgílio Lambert desejava chamar a cidade de São Virgílio em homenagem ao padroeiro de Trento e, segundo nos relata Grosselli (2008), Franz von Lipp, agrimensor que exercia cargos de confiança junto à direção da Colônia, por antipatia a Virgílio, impediu que a cidade recebesse o nome supracitado.

desinteresse por seu empreendimento, foi ao Rio de Janeiro e compareceu à presença do imperador para tentar obter apoio para a produção da seda. A viagem ao Rio de Janeiro parece não ter apresentado resultados significativos, e Virgílio Lambert investiu tudo que acumulou no Espírito Santo na sericicultura. A seda dos Lambert foi enviada a Europa, sendo premiada com medalha de bronze numa exposição em Berlim (1886) e conquistando menção honrosa em uma exposição de Paris (1889).

Para a construção da casa da família, os irmãos Lambert utilizaram a técnica de taipa de mão ou estuque, comumente aplicada no Brasil na época da chegada dos imigrantes italianos. A residência tem dois pavimentos e a armação de taipa apresenta varas colocadas nos sentido diagonal, método construtivo típico do norte da Itália. Por ser predominantemente uma residência até 2007, a casa sofreu algumas descaracterizações ao longo de tempo: o piso original de chão batido foi substituído por friso de madeira, o telhado de tabuinhas por zinco e a anexação de dois puxados de alvenaria para banheiro e cozinha.

Tomada como objeto de pesquisa, a moradia erigida pelos irmãos Lambert, representa a possibilidade de escutar e problematizar a história local a partir de seu patrimônio. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de tombamento da Casa dos Lambert, bem como fases significativas de sua história como a restauração (2010) e a transformação em museu (2011).

O processo de tombamento

Na busca de uma ideia ou conceito de patrimônio histórico que possa nortear as discussões aqui propostas sobre o processo de tombamento de um bem, transformado em símbolo da história e memória local, e considerando que cada momento histórico define e seleciona seu patrimônio a partir das necessidades e questionamentos do presente, recorreremos às contribuições da historiadora Cristina Meneghello, que se refere ao patrimônio histórico como “uma relação entre os artefatos do passado e sua interpretação, e não um método mais acertado de zelar por ele”. Essa relação presente-passado relacionada ao patrimônio histórico deve considerar “[...] o exercício do passado reconhecido como construção [...]” e também que o processo de institucionalização de um bem patrimonial “regido por leis e por um patamar comum de avaliação do passado é possibilitada apenas pelo exercício de reinterpretação desse passado” (MENEGHELLO, 2000, p. 341).

Diante dos desafios impostos pela complexidade do mundo contemporâneo, a abordagem do patrimônio deve considerar as rupturas e descontinuidades dos processos históricos, rompendo com uma visão nostálgica do passado, idealizado e romantizado. A noção de passado dinâmico possibilita questionamentos fundamentais acerca de para quem se preserva, por que se preserva e qual visão de passado é selecionada e perpetuada na transformação de um bem em patrimônio. Nessa perspectiva, é de suma importância pensar no patrimônio histórico como espaço que educa, incidindo de maneira diversa nos indivíduos, portadores de sensibilidades. Trata-se aqui de compreender a cidade enquanto contexto, com seus signos e significados, e na relação com uma educação das sensibilidades que perpassa o patrimônio histórico.

Sobre o patrimônio no contexto atual, a socióloga Lúcia Maria Lippi Oliveira ressalta que,

[...] os discursos sobre patrimônio enfatizam seu caráter de construção ou invenção, derivado das concepções antropológicas de cultura, que passa a ser tomada como sistema simbólico, como estruturas de significado pelas quais os homens orientam suas ações. [...] É preciso reforçar que os bens que configuram o patrimônio têm ao mesmo tempo, um sentido prático e simbólico (OLIVEIRA, 2008, p.135).

No que tange a especificidade deste trabalho, é fundamental ressaltar que o objetivo não é fazer uma descrição linear de todas as etapas do tombamento da Casa Lambert, mas compreender os critérios que definiram a casa como patrimônio da cidade em detrimento de outros bens culturais, identificar os valores atribuídos ao imóvel, bem como promover uma reflexão sobre patrimônio que considere as experiências vividas. Interessa-nos, como propõe a socióloga Maria Cecília Londres Fonseca (2009), os processos e as práticas de construção desse patrimônio da história local, conduzido por atores definidos e em circunstâncias específicas. Para Fonseca, “são essas práticas e esses atores que atribuem a determinados bens valor enquanto patrimônio, o que justificaria sua proteção” (2009, p.36). Assim,

é imprescindível [...] questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação (FONSECA, 2009, p.36).

Nessa perspectiva, as primeiras movimentações em defesa do tombamento de bens pertencentes à família Lambert ocorreram a partir da primeira metade da década de 1980. O parecer favorável ao tombamento da Casa dos Lambert, da Capela de Nossa Senhora da

Conceição, três crucifixos e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, todos de propriedade da família Lambert, referente ao processo nº 09/80 do Conselho Estadual de Cultura (CEC), foi apresentado e aprovado na 551ª reunião plenária do referido Conselho, no dia 5 de junho de 1984.

Na sequência, a Resolução nº 07/85 do CEC, de 12 de dezembro de 1985, tendo em vista o que consta no processo nº 09/80-CEC, aprova em caráter definitivo o tombamento:

da residência da família Lambert com suas paredes e revestimentos internos situada na sede do município de Santa Tereza (sic), inscrita no Livro de Tombo Histórico sob o número 83, f. 9v. e 10 e no Livro de Tombo das Belas Artes sob o nº 57, f. 14v e 15 (CEC, Processo de Tombamento, p. 30).

Segundo Oliveira (2008), a expressão tombamento é originária do direito português, no qual o verbo *tombar* significava inventariar ou inscrever nos arquivos do reino, que ficavam guardados na Torre do Tombo. Em sua concepção atual, segundo Fonseca (2009), “além de instrumento jurídico com implicações econômicas e sociais, o tombamento tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem” (p.180).

Assim, o instituto do tombamento, conforme a análise de Fonseca, mais do que instrumento jurídico ou técnico, deve ser considerado como

a prática mais significativa da política de preservação federal no Brasil. Significativa, não só pelo poder de delimitar um universo simbólico específico, como também por intervir no estatuto da propriedade e no uso do espaço físico. E significativa, sobretudo, porque constitui um campo em que se explicitam – e de onde se podem apreender – os sentidos da preservação para os diferentes atores sociais envolvidos (FONSECA, 2009, p.181).

A propósito do processo de tombamento da Casa Lambert, o conselheiro Orlando Bomfim Netto, da Comissão de Legislação e Normas do CEC do Espírito Santo, baseado no parecer técnico do arquiteto Jayme Henrique Emery Brandão, ressaltou a necessidade e urgência em *tombar* a residência “por sua notável expressão histórica para o Município de Santa Teresa e para a história da imigração italiana no Espírito Santo” (CEC, Processo de Tombamento 09/80, p. 10).

Na documentação de tombamento consultada, a importância do imóvel foi destacada também por ter abrigado os Lambert, imigrantes que deram grandes contribuições à região e ao estado, cujos descendentes continuavam morando na casa e zelando pela sua preservação. O tombamento era considerado como uma importante iniciativa no sentido de destacar Santa Teresa como um dos municípios de imigração italiana, com grande influência de sua cultura

(CEC, Processo de Tombamento 09/80, p. 10-11). Assim, apoiado em valores históricos, o processo de tombamento, nos remete a ideia da casa “enquanto testemunho de um determinado espaço/tempo vivido por determinados atores” (FONSECA, 2009, p.42).

Os argumentos que fundamentaram o tombamento da Casa Lambert provocam uma reflexão salutar sobre o discurso que orienta a constituição dos patrimônios e o desenvolvimento das políticas de preservação, que de acordo com Fonseca (2009) atuam basicamente no nível simbólico, “tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação dos cidadãos”.

Na especificidade da Casa Lambert, sua definição como patrimônio histórico e cultural de Santa Teresa é justificada enquanto referência para o processo de imigração italiana na região, propiciando um sentimento de pertencimento, de ligação a um passado comum, sendo assim, um reforço à identidade local. Essa ideia de definição do patrimônio histórico e cultural em função de sua carga simbólica, no sentido de reforçar as identidades locais, de acordo com Fonseca (2009), relaciona-se a um novo discurso que incidiu sobre o patrimônio a partir da década de 1980, em que diversos atores políticos se apropriaram do ideário de preservação para obter recursos para a solução de problemas locais.

No que tange os valores atribuídos ao patrimônio, a casa Lambert, como símbolo da arquitetura vernacular⁷ de Santa Teresa, é portadora de expressões socioculturais e visões de mundo.

O parecer técnico do arquiteto Jayme Henrique Emery Brandão enfatiza o valor histórico em detrimento do valor artístico: “trata-se de uma construção sem estilo arquitetônico, não tendo valor como obra de arte, sendo porém de grande valor histórico por ter sido a primeira construção levantada naquele sítio” (CEC, Processo nº 09/80, p.8).

Observa-se neste parecer uma avaliação eminentemente subjetiva, baseada em uma concepção bastante restritiva de valor artístico. Seguindo uma tradição dos primeiros tempos do SPHAN,⁸ a atribuição de valor artístico relaciona-se com grande frequência ao critério de excepcionalidade, que considera o bem, sobretudo em seus aspectos formais, ou seja, materiais usados, apuro da execução e o estado de conservação. Considerando os processos simbólicos presentes na construção dos patrimônios, é pertinente destacar que o processo de atribuição de valor a um bem não pode se reduzir a uma questão meramente técnica. E ainda,

⁷ Conforme Choay (2001), arquitetura vernacular é o termo usado para distinguir os edifícios marcadamente locais.

⁸ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão federal encarregado de cuidar do patrimônio, criado pela Lei nº 378, de janeiro de 1937, e pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano.

que os processos de tombamento não são neutros, ao contrário, estão carregados de valores. A definição de um patrimônio histórico depende, portanto, de múltiplos fatores, entre eles, as escolhas dos sujeitos envolvidos e a imagem de passado que se pretende evidenciar.

O valor histórico de rememoração de um monumento presente em vários documentos relativos ao tombamento da Casa Lambert representa, para o historiador da arte Alois Riegl,⁹ um momento particular do passado, considerando a obra em seu estado inicial. Para esse autor, o valor histórico resulta

[...] do fato de ele representar um estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana. Com base nesse ponto de vista, não nos interessam no monumento os traços das influências de degradação da natureza, mas a sua criação original como obra humana (2014, p.55).

É importante ressaltar que a definição de um patrimônio histórico perpassa os sentidos historicamente construídos a ele atribuídos. Assim, analisando a documentação de tombamento, em fevereiro de 1984, antes da efetivação do tombamento, um dossiê da Divisão de Patrimônio Histórico Cultural (DPHC) do Departamento Estadual de Cultura (DEC), evidenciava o valor cultural da casa como marco da colonização italiana no Espírito Santo, justificando seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, seu tombamento e proteção pelo Estado. Os documentos apresentavam também considerações sobre a utilização do espaço da casa que se tornaram disputas simbólicas nas décadas seguintes. A questão preponderante relacionava-se ao valor de uso do imóvel e consistia em manter o uso original como residência da família Lambert ou transformá-la num museu.

Essa foi a primeira residência construída na região de Santa Teresa pelos colonizadores italianos [...]. Recomenda-se o tombamento da referida casa pela clareza estrutural que apresenta bem como por seu significado histórico para o Espírito Santo e em especial para a comunidade de Santa Teresa. Aconselhamos a demolição dos dois anexos e a restauração do corpo original da casa para instalação no local do museu da colonização italiana com aproveitamento de todo o material iconográfico pertencente à família Lambert (CEC, Processo de Tombamento, p. 14).

Segundo a historiadora Françoise Choay, entre os valores contemporâneos definidos por Riegl, destaca-se o valor de uso que se refere “as condições materiais de utilização prática dos monumentos” (CHOAY, 2001, p.169). Neste caso, ao longo das décadas de 1990 e 2000

⁹ Alois Riegl realizou um ambicioso trabalho no início do século XX sobre atitudes e condutas ligadas ao monumento histórico. O autor define monumento histórico pelos valores que lhe foram investidos historicamente.

surgiram alguns embates simbólicos em torno da utilização do espaço da Casa, que em 2007 foi desocupada devido aos riscos de desabamento, para em 2011 tornar-se uma Casa-Museu. As medidas de preservação do espaço da “Casa” ligadas ao interesse público e aos valores culturais reiteradamente apresentados em pareceres e dossiês que tramitaram durante o processo de tombamento, não se efetivaram. Em 1986 (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80), um ofício enviado pelo Secretário do CEC, Fernando Achiamè, ao então prefeito de Santa Teresa, Ethevaldo Damazio, destaca ameaças de descaracterização da casa devido à construção em seu entorno, o que evidencia que os processos de tombamento afetam a organização dos diferentes espaços da cidade e os seus usos sociais e que uma política de preservação do patrimônio é bem mais ampla que a proteção representada pelo tombamento. O próprio entendimento do que é o entorno de um bem tombado é tema de grande complexidade e, conforme Fonseca, tem se constituído em importante ponto de conflito em processos de tombamento.

Quanto ao entorno dos monumentos tombados, na legislação brasileira a definição é feita caso a caso, ao contrário da França, onde o entorno é fixado por lei em 500 metros. Como a própria noção de entorno evoluiu da idéia inicial de preservar a visibilidade do bem para a de garantir a manutenção de uma ambiência, a definição desse entorno tornou-se uma questão bem mais complexa. Também nesse caso, a abordagem arquitetônica é hoje insuficiente, sendo imprescindível o recurso a outros especialistas (FONSECA, 2009, p.199).

O relatório, apresentado em Reunião Plenária do CEC em 28 de outubro de 1986, sugere ainda um estudo que preserve a característica rural da época de implantação do imóvel. Sobre este aspecto, é importante destacar que devido ao processo de adaptação às condições naturais encontradas em Santa Teresa pelos primeiros colonos, as casas eram construídas “em regiões com acesso pelos vales através de picadas, ocupando os espaços nos “pés” dos morros, próximos aos rios, conforme áreas existentes” (GASPARINI, 2008, p. 127). Assim, a Casa dos Lambert que foi construída próxima ao rio São Lourenço e afastada do centro, atualmente está inserida na área urbana de Santa Teresa.

O crescimento urbano e a transformação do espaço são mais uma vez evidenciados em ofício enviado pelo presidente do CEC, Ivanilde Brunon, ao prefeito de Santa Teresa, Alcides Sylvestre, em 19 de junho de 1997.

De acordo com entendimentos mantidos anteriormente, por ocasião da reunião do Conselho Estadual de Cultura nesse município, [...] vimos reafirmar a necessidade de 2 (dois) quebra-molas, próximos à residência da família Lambert para evitar trepidações de veículos pesados ao passar em frente da mesma. [...] temos a preocupação de preservar aquele imóvel que é

de grande valor histórico para esse município e o Estado do Espírito Santo (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f.51).

Assim, na década seguinte ao tombamento começam a surgir questões que evidenciam o distanciamento entre discurso e prática no que tange a preservação do patrimônio histórico. Por volta do ano 2000, ganham destaque os problemas apresentados pelo imóvel e a necessidade de restauração, o que revela que nos vinte anos posteriores ao tombamento não foram efetivadas medidas que garantissem a preservação do imóvel, ficando sua conservação exclusivamente sob a responsabilidade da família.

Cabe salientar que no relatório técnico solicitado pelo CEC no início dos anos 1980 para dar embasamento ao tombamento da Casa, o arquiteto Jayme Henrique Emery Brandão, ressalta que “em termos de reforma, pouco há a ser feito, uma vez que a referida casa encontra-se em bom estado de conservação” (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 8). A situação de deterioração da Casa nos anos 2000 conduz a indagações sobre o reconhecimento e valoração do imóvel por parte do poder público e da sociedade após o tombamento.

Soma-se a esse contexto a solicitação feita em 2001, pelo Centro Educacional Leonardo Da Vinci ao CEC:

Somos alunos do 1º ano do Ensino Médio do CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI e percebemos, no desenvolvimento de projeto sociocultural vinculado à UNESCO, o estado crítico da residência e da capela da família Lambert, imóveis de grande valor histórico, por se tratar das primeiras edificações italianas em solo espírito-santense.

Para subsidiar nosso trabalho solicitamos desse CONSELHO, fornecer-nos, com a possível brevidade:

- 1) Um laudo da atual situação dos imóveis;
- 2) Uma relação das providências necessárias para a efetivação do restauro/recuperação dos imóveis (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 060).

Em junho de 2001, o CEC emite um relatório de visita técnica atendendo às solicitações do Centro Educacional Leonardo Da Vinci com o objetivo de vistoriar as condições físicas da Casa dos Lambert e da Capela da família Lambert. O referido relatório produzido pelos arquitetos Ana Paula Rabello Lyra (IAB/ES) e André Luiz de Souza (IAB/ES), como também pelo historiador Hércules Dutra de Campos Filho (IHG/ES e presidente CEC), destaca que “o imóvel construído em 1876 pelo processo de estuque e estrutura de madeira de Lei, encontra-se prestes a ruir” (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 063). E ainda,

segundo relato do Sr Virgílio que reside nesta residência com a esposa e filha, além de receberem a visita de famílias isoladas em carros de passeio, é comum também a visita de grupos de jovens e crianças ao imóvel tombado.

Por precaução, o Sr Virgílio decidiu limitar também a visitação apenas a parte externa da casa por receio desta causar algum incidente aos visitantes (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 063).

O projeto de restauração da Casa e da Capela da família Lambert proposto pelo Colégio Leonardo Da Vinci foi divulgado na imprensa, contou com a parceria de professores e alunos do curso de Arquitetura da Faculdade Univix, foi apresentado a comunidade local. Para dar sequência ao projeto, o Colégio Leonardo Da Vinci lançou uma campanha, por meio de um livro de ouro, visando arrecadar recursos para promover a recuperação dos imóveis.

Em 07 de agosto de 2002, o ofício nº 0017/2002 emitido pelo CEC/SECES garante a aprovação do projeto de restauração da Casa e da Capela da família Lambert (CEC, Processo nº 001/2002). O lançamento do projeto ocorreu em 04 de agosto de 2001, com um ato público em frente à Capela Nossa Senhora da Conceição. O evento contou com a participação de instituições de ensino, políticos e pessoas da comunidade.

É importante ressaltar que o projeto previa a manutenção do uso residencial do imóvel, com a adaptação de espaço para acesso público visando divulgar a sua participação na fundação de Santa Teresa. Assim, o projeto de restauração destaca:

Com a proposta de compartilhar o uso residencial, historicamente consolidado, com o novo uso cultural o bem passa a ter um caráter público, o que justifica a participação efetiva da sociedade na sua preservação, através do estabelecimento de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, tanto municipal quanto estadual (CEC, Projeto de Restauração, Processo nº 001/2002, p. 10).

Os recursos angariados pelo Colégio Da Vinci não foram suficientes para a implementação de todo o projeto sociocultural, garantindo apenas a restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição. A parte referente às intervenções necessárias para a recuperação da Casa foi entregue à Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores.

Outro momento significativo na história recente de Santa Teresa em relação à proteção do patrimônio foi Lei nº 1.598, aprovada e sancionada em 2005, que dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural, Cultural e Ecológico do município de Santa Teresa-ES. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, que apresentou uma concepção ampliada de patrimônio cultural, a lei nº 1.598/2005 do município de Santa Teresa apresenta em seu artigo 1º a seguinte definição de patrimônio:

Art. 1º- São considerados patrimônio cultural do Município de Santa Teresa os bens de natureza material ou imaterial, quer tombados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos

diferentes grupos que formam a sociedade teresense, dentre os quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - As cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, natural, científico e inerentes a relevantes narrativas de nossa história cultural.

VI - As encostas naturais.

É importante mencionar que a aprovação da lei nº 1.598/2005, que amplia a noção de patrimônio, ocorre concomitante ao contínuo processo de deterioração da Casa dos Lambert, sem nenhuma medida efetiva por parte do poder público que garantisse a sua recuperação e preservação. Quanto às responsabilidades do poder público o Capítulo II, artigo 3º da referida, destaca:

o poder público promoverá, garantirá e incentivará a preservação, restauração, conservação, proteção, tombamento, fiscalização ou execução de obras e serviços e a valorização do patrimônio ecológico e cultural teresense, preferencialmente com a participação da comunidade.

Mesmo com a criação de uma lei voltada especificamente para as questões patrimoniais, a Casa Lambert continuava em precário estado de conservação. O engenheiro João Carlos Dalco Azevedo assinala no Relatório Técnico de 06 de abril de 2007 (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 102) a necessidade de providências urgentes para sua restauração, principalmente ao que se refere aos problemas estruturais, havendo ameaças de desabamento.

De acordo com o Relatório Técnico da Gerência de Memória e Patrimônio da Secretaria de Cultura, de 16 de dezembro de 2007, elaborado pela arquiteta e urbanista Penha Maria de A. Meneses, “a casa foi comprada do herdeiro pela Prefeitura Municipal de Santa Teresa para ser transformada em Espaço Cultural-Acervo. Foi desocupada e encontra-se vazia, necessitando de intervenções urgentes” (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 091).

Em relação à preservação da Casa Lambert, tombada pelo CEC em 1985 e ameaçada de desabamento nos anos 2000, é preciso considerar que vivemos um período intrigante na relação da sociedade com o seu patrimônio. Se por um lado o poder público tem se apropriado do passado e exaltado os bens patrimoniais, por outro, a política de preservação baseada no conhecer e guardar, relacionada a uma ideia de patrimônio intocável, distancia os sujeitos que se tornam meros espectadores de seu patrimônio.

Assim, é essencial que os processos de patrimonialização sejam vistos como espaços de tensões e conflitos, mesmo que ocorram de maneira sutil e simbólica, considerando a pluralidade de vozes e visões de um contexto histórico.

A Casa Lambert foi restaurada em 2010 e a partir de 2011 foi aberta ao público, passando a abrigar um museu que objetiva aproximar o visitante da história da imigração no Espírito Santo e em particular da história da família Lambert. A Casa-museu é considerada um centro de memória da imigração italiana em Santa Teresa. Nessa perspectiva, uma das questões atuais sobre patrimônio que pode ser relacionada a Casa Lambert refere-se a sua vinculação as necessidades da população, ou seja, os seus usos sociais.

Na sociedade contemporânea o ritmo célere de transformações relacionadas ao avanço capitalista resulta em um presente cada vez mais transformado em agora, desdobrando-se em sérias implicações para a relação história e memória, desvinculando os sujeitos dos bens culturais. E uma das questões contemporâneas relacionadas à arquitetura vernacular que merece um olhar questionador refere-se aos valores econômicos que transformam o patrimônio histórico em bens de consumo.

O valor econômico, atrelado ao potencial turístico do patrimônio histórico, aparece de forma decisiva em cidades pequenas como Santa Teresa com suas limitações no que tange ao crescimento econômico. Conforme Gasparini é fundamental “manter íntegros os aspectos históricos, sem o que não há sentido, nem a possibilidade de atrair turistas”. Para a autora, “Santa Teresa possui este diferencial, pode, a curto prazo, se tornar um grande atrativo para turistas e, com isso, gerar desenvolvimento, renda e empregos” (2008, p 129).

Mesmo considerando que as condições históricas, sociais e econômicas do mundo contemporâneo impõem novos desafios e demandas para as questões patrimoniais e que a crescente urbanização, industrialização e mercantilização são aspectos fundamentais do contexto atual em que o patrimônio histórico está inserido, é preciso ter acuidade na percepção do distanciamento dos sujeitos de seu patrimônio, num momento em que a história e a memória são amplamente divulgadas. Conforme Meneghello (2000, p. 396), “cada vez mais conhecido o passado parece ser cada vez menos compartilhado”.

Assim, é preciso analisar de forma minuciosa a relação da sociedade com o seu patrimônio, e nesse sentido, é primordial que a preservação dos bens histórico-culturais considere as necessidades dos sujeitos, pois a preservação passa pelo envolvimento com o bem a ser preservado. É necessário valorizar a experiências vividas em relação ao patrimônio histórico,

considerando uma relação ativa dos sujeitos com os bens patrimoniais. Na especificidade da Casa Lambert, alguns questionamentos tornam-se imprescindíveis: quais são as versões de passado e referências culturais expressas em seu processo de patrimonialização? De que maneira esse patrimônio histórico participa da educação da sociedade, criando visões de mundo e sensibilidades?

Em relação às referências culturais da Casa Lambert, o imóvel é considerado símbolo da imigração italiana em Santa Teresa e no Espírito Santo. Na documentação de tombamento analisada, apesar das lacunas, é possível sugerir uma ideia de patrimônio relacionada a uma visão histórica institucionalizada, baseada na ideia de continuidade, que desconsidera as experiências vividas coletivamente, as quais não se articulam às tendências culturais dominantes.

Em suma, processos de tombamento como o da Casa Lambert conduzem a importantes reflexões sobre a história local por meio de seu patrimônio histórico, podendo contribuir para a construção significativa dos conhecimentos históricos com base em um instigante trabalho investigativo de diálogo entre o presente e o passado, questionando visões de mundo, imagens e valores imbricados na tradição local.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BIASUTTI, Luiz Carlos. **No Coração Capixaba: 120 anos de História da mais antiga colônia italiana no Brasil - Santa Teresa-ES**. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Espírito Santo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880**. Campinas. 1998. 341 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

GASPARINI, Sandra. **Santa Teresa: Viagem no Tempo, 1873-2008**. Santa Teresa: 2008.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã; v. 6)

MENEGUELLO, C. **Da ruína ao edifício:** neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. Campinas. 2000. 430p. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. **Cultura é patrimônio:** um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos:** a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.